



SUPREMO  
TRIBUNAL  
DE JUSTIÇA

---

Gabinete dos Vice-Presidentes

Exmo. Senhor Presidente do Supremo Tribunal de Justiça,

Excelências,

Colegas,

Senhoras e Senhores,

A investidura nas funções de vice-presidente, que acabo de receber do Senhor Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, completou-se com a minha aceitação expressa aos deveres e responsabilidades inerentes ao cargo, traduzida numa declaração pública de juramento solene de dedicação na defesa dos valores da Justiça, em representação da República Portuguesa e em nome dos seus cidadãos.

Este juramento lembra que os juízes estão comprometidos com os valores do Estado de Direito Democrático, em que os tribunais constituem baluarte na defesa e efectivação dos direitos, liberdades e garantias.

1

Esta é a filosofia enraizada de um Magistrado Judicial.

As funções de juíza, que cumpro há 41 anos, são assim e por isso, uma vocação e um compromisso com as tarefas de que o magistrado é devedor, e estão tão presentes hoje como em 1983, quando pela primeira vez tomei posse.

Como referi, quando anunciei a minha disponibilidade para o exercício do cargo de vice-presidente deste tribunal, propus-me ao desafio de me dispor a ampliar o meu serviço à Justiça e à Magistratura Judicial, motivada pela firme convicção de poder prestar contributo na coadjuvação à presidência deste Supremo Tribunal de Justiça no exercício das suas competências.



É, pois, uma honra e uma responsabilidade, que muito me tocam e que não quero defraudar, merecer a confiança que os meus pares em mim depositaram para exercer estas funções.

A vida é, incontestavelmente, um caminho de aprendizagem.

O exercício de funções neste Tribunal, quer enquanto juíza assessora, quer desde 2017 como juíza conselheira, tem-me proporcionado o privilégio de beneficiar do conhecimento e experiência de Juízes cuja dedicação à Justiça foi, é, e será sempre, uma fonte de inspiração.

Diante disso, dirijo também uma palavra de gratidão pessoal e institucional aos ilustres colegas que me precederam no exercício destas funções, cujo saber, competência e sentido de serviço, que tive a oportunidade de testemunhar e usufruir, deram inegável contributo para o prestígio deste Tribunal.

Nessa medida, cumpre-me particularizar na pessoa da Excelentíssima Senhora Juíza Conselheira Maria dos Prazeres Beleza, que pela sua reconhecida competência e abnegação, bem como pelo timbre de participação do feminino com que aprimorou o exercício do cargo a que agora sucedo, é, por isso, bússola na minha jornada.

Dirijo ainda uma palavra de admiração e de muito respeito para com o Senhor Conselheiro Oliveira Abreu, que também se disponibilizou para o exercício deste cargo, enriquecendo o acto de sufrágio. Como afirmei na minha carta de apresentação, a actuação de cada um de nós é fonte de motivação e encorajamento do outro e, por isso, lhe estou grata, estimado Colega.

Comemorámos no passado dia 23 de Setembro, os 190 anos da instalação do Supremo Tribunal de Justiça neste emblemático edifício. Nessa altura, foi



também apresentado o livro “190 anos do Supremo Tribunal de Justiça - Arte e Património, que nos fala sobre o importante acervo patrimonial do Supremo.

Porém, o riquíssimo património desta instituição, enquanto órgão superior da hierarquia dos tribunais judiciais, está, sobretudo, na sua espessura ética de fidelidade ao Direito e à Justiça, valores que de tal modo se entrelaçam, que são considerados um só pela consciência social.

A história lembra-nos que este tribunal, enquanto suprema *Casa da Justiça* foi moldado pela coragem, dedicação e sentido de dever, cumpridos por cada geração de magistrados, e a sua identidade foi construída sob a firmeza da independência do poder judicial, sobrevivendo incólume às crises e dificuldades de cada época e dos seus regimes políticos e assumindo uma liderança compassiva e inspiracional.

E, assim, continua e deve continuar a ser, não dispensando a escuta das suas/nossas memórias e activando a reflexão crítica com abertura e o diálogo à sociedade, mostrando ao cidadão, através de decisões transparentes, acessíveis e compreensíveis, que pode confiar na Justiça.

No mundo da pós-modernidade, onde princípios e valores se tornaram progressivamente mais líquidos e fluídos, cabe ao poder judicial de forma introspectiva, humilde, mas assertiva, procurar ser garante de solidez ética.

No Supremo Tribunal de Justiça, as matérias gestionárias que competem à presidência têm crucial importância na prossecução das finalidades que lhe são próprias, quer na missão de administrar a justiça, quer enquanto tribunal com competência na formação de correntes jurisprudenciais orientadoras.

A actividade gestionária trabalha não só as necessidades e expectativas da organização, mas também das pessoas, das nossas pessoas.



Quando me decidi a poder abraçar as funções da vice-presidência deste tribunal, fi-lo consciente de três realidades:

- Uma primeira, a natureza delegada das funções e a imprescindível harmonia de pensamento com a Presidência acerca da visão e da missão deste tribunal;
- Uma segunda realidade, as dificuldades da actividade gestionária do Supremo Tribunal de Justiça para resolver uma nova hierarquia de necessidades e expectativas desta “casa” e das pessoas que nela trabalham, exigindo um novo paradigma decorrente do desenvolvimento do mundo digital e da dinamização de ferramentas resultantes da concretização da inteligência artificial, que poderão propiciar, a todos, melhoria das condições do exercício de funções, bem como a incrementação de modelos de funcionamento e apoio, quer da assessoria, quer administrativo.

No entanto, não podemos perder de vista que a inteligência artificial suscita inquietações e desafios éticos: a justiça feita por pessoas para pessoas não nos pode deixar reféns de algoritmos; no limite, serão preferíveis as dúvidas humildes do Homem às certezas cegas do algoritmo.

- Uma terceira realidade, o desgaste físico e anímico que afecta o meio laboral, a que os magistrados não estão imunes, o envelhecimento da classe e o número de jubilações a que vimos assistindo.

Posto isto - e não sei conceber de outro modo - renovo o compromisso a que me propus de incrementar e desenvolver as competências que me sejam atribuídas, com lealdade institucional e pessoal com o Senhor Presidente, crente nos princípios éticos desta instituição, nas suas necessidades e de todos os que nela trabalham.



Como na altura referi, o conjunto de oportunidades que as novas tecnologias vêm trazer impõe uma cultura organizacional que passa pela dedicação de uma maior atenção ao outro e às suas condições de trabalho.

Considerar o Bem-Estar e a Felicidade como conceito filosófico, a operacionalizar nas organizações e a concretizar com as pessoas, é decisivo para o êxito de qualquer instituição, por forma a que todos os que nela exerçam funções se sintam motivados, com propósito e sentimento de pertença.

Uma equipa conseguida não resulta apenas do somatório das competências técnicas dos seus elementos; ela será tanto mais forte quanto seja composta por pessoas onde exista uma relação de segurança e confiança, assente na valorização e reconhecimento do que as une.

Muito a propósito vem o que me foi dito pelo Excelentíssimo Senhor Presidente Henriques Gaspar quando me deu posse como juíza deste tribunal: *espero que aqui se sinta muito feliz.*

A chegada ao Supremo Tribunal de Justiça, depois de um percurso que se tem tornado arrastado e pesado, e em que começa a escassear o que no início temos de sobra, o tempo, não nos deve, nem pode, tirar a vivacidade e o entusiasmo que nos impeliu a seguir este caminho.

Nos últimos anos, vão-se contabilizando menos candidatos à magistratura judicial e um número cada vez maior de jubilações. A nossa profissão está a sofrer uma crise forte pela insuficiência do quadro de juízes e torna-se cada vez menos atractiva, o que nos faz reflectir, ademais, sobre a quem vamos deixar o nosso legado.

Penso que todos encontramos dentro de nós essa vontade de deixar testemunho, e acredito que nas novas gerações há espaço para o acolher. Mas, para além das medidas adequadas que urge implementar e que, em muito, nos



ultrapassam, os nossos actos têm de entoar futuro, cabe-nos ser inspiradores no que de nós depender.

É com este espírito de querer contribuir na incrementação de um modelo organizacional de felicidade, que partilho uma pequena estória, para mim rica de simbolismos, que bem transmite o que considero ser uma *cultura de cuidado e serviço*.

*“Um grupo de pessoas fugia da guerra, homens, mulheres, crianças. Por caminhos difíceis sobreviviam como podiam. Tinham combinado entre eles revezarem-se no transporte das crianças de colo.*

*Num dado momento, um deles, sentindo-se fraco e esgotado, decide desistir. Sabendo que podia atrasar a marcha do grupo pede que o deixem e que sigam porque ele ficará. Já teve uma vida cheia e o que importa é fazer com que as crianças sobrevivam e todos sigam o seu caminho.*

*É então que se aproxima uma mulher. Olha para ele e pede aos restantes elementos do grupo para se irem embora, que ela quer dar-lhe uma palavra.*

*Os outros retomam a caminhada e ela, que trazia ao colo o filho de um ano, deposita-o nos braços daquele homem, dizendo-lhe: - agora é a sua vez de levar o meu menino.*

*Virando as costas, a mãe parte em direcção ao grupo.*

*Nesse momento, aquele homem tem de tomar uma decisão. Desistir ou continuar. Trémulo, apoia-se com um braço e, segurando o menino com o outro, começa de novo a caminhar.*

*Descobre que afinal ainda tinha mais dentro de si. Havia encontrado algo por que valia a pena continuar: cuidar daquele menino.”.*



SUPREMO  
TRIBUNAL  
DE JUSTIÇA

---

Gabinete dos Vice-Presidentes

Acredito na força colectiva que possuimos e na consciência da nossa interdependência, que nos faz avançar, mas o ânimo que nos impele a ir mais longe está no servir e no cuidar no singular, o cuidar de forma única e individual, porque essas são as derradeiras condições de cada um de nós: únicos, singulares e com uma missão em mãos.

Concluo, adaptando uma frase de Friedrich Nietzsche, dizendo: “*quem tem (como nós temos) um porquê, enfrenta qualquer como*”.

Comprometo-me a exercer, em permanente *escuta activa e cuidado singular*, as competências que me forem confiadas.

Muito obrigada.

Graça Amaral

(escreve de acordo com a antiga ortografia)